



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 43ª
(QUADRAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 17 DE MAIO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Liliane Roriz a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito aos Srs. Deputados que se encontram na Casa que compareçam ao plenário.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 41ª Sessão Ordinária;
- Ata da 42ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.
(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 100, de 31/05/2011, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	3



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 17/05/2011

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2011/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC	☒	☐	☐
AYLTON GOMES	PR	☒	☐	☐
BENEDITO DOMINGOS	PP	☐	☒	☐
BENÍCIO TAVARES	PMDB	☐	☒	☐
CELINA LEÃO	PMN	☒	☐	☐
CHICO LEITE	PT	☒	☐	☐
CHICO VIGILANTE	PT	☐	☒	☐
CLÁUDIO ABRANTES	PPS	☐	☒	☐
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	☐	☒	☐
DR. MICHEL	PSL	☐	☒	☐
ELIANA PEDROSA	DEM	☒	☐	☐
EVANDRO GARLA	PRB	☒	☐	☐
JOE VALLE	PSB	☒	☐	☐
LILIANE RORIZ	PRTB	☒	☐	☐
LUZIA DE PAULA	PPS	☒	☐	☐
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	☒	☐	☐
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT	☒	☐	☐
RAAD MASSHOU	DEM	☐	☒	☐
REJANE PITANGA	PT	☐	☒	☐
RÔNEY NEMER	PMDB	☐	☒	☐
WASHINGTON MESQUITA	PSDB	☒	☐	☐
WASNY DE ROURE	PT	☒	☐	☐
WELLINGTON LUIZ	PSC	☒	☐	☐
PATRÍCIO	PT	☒	☐	☐
TOTAL			09	

[Assinatura]
SECRETÁRIO DEPUTADO(A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Estão presentes 15 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar a todos, os nossos servidores aqui presentes e os que estão nessa luta da vigilância sanitária e ambiental. Espero que possamos avançar nessa luta de muitos e muitos anos, que necessita ser reconhecida pelo Poder Executivo do Distrito Federal.

Eu quero trazer aqui uma explicação quanto ao Anexo de Metas e Prioridades, que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Orçamento que vai ser efetivado no ano de 2012, mas que é apresentado neste ano.

A inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias das metas e prioridades da administração pública está contida, originalmente, na Constituição Federal, no art. 165, § 2º. É importante ressaltar que não existe a obrigatoriedade de que seja encaminhada a LDO contendo as metas e prioridades em forma de anexo específico, a despeito do que ocorre, por exemplo, com o Anexo de Metas Fiscais, de acordo com o art. 4º, §1º, da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

As prioridades da administração pública, em forma de anexo, surgiram na União em 1990. Inicialmente, eram estabelecidas unilateralmente pelo Poder Executivo por meio de exposições de motivos elaboradas pelo Ministério do Planejamento e chanceladas pela Presidência da República. Atualmente, no Distrito Federal, o referido anexo é encaminhado vinculando as metas e prioridades aos programas e ações previamente contidas no Plano Plurianual.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, enviada pelo Poder Executivo à Câmara Legislativa no último dia 13 de maio de 2011, foi encaminhada sem o anexo, de modo a não subverter a lógica do planejamento governamental. Eis o problema. Mas qual é a explicação, Sr. Presidente? O Plano Plurianual, que é o definidor das diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, para um prazo de quatro anos, com uma defasagem de um exercício em relação a cada legislatura. O Plano traduz-se na peça ápice de planejamento orçamentário de cada ente da Federação.

Conforme orienta o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o referido Plano, de médio prazo, deve basear-se em minucioso estudo sobre o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

diagnóstico da situação do ente, que, fundamentado em diretrizes e macrodesafios claros e definidos, subsidiará a elaboração da peça.

A partir da elaboração de um efetivo planejamento orçamentário, o Estado, por meio da LDO, deve selecionar as ações prioritárias de modo a alcançar os objetivos pretendidos no Plano Plurianual. Essa priorização, na prática, ocorre por meio do AMP, ou seja, o nosso Anexo de Metas e Prioridades.

Por fim, a concretização dessas prioridades, bem como das demais ações do Governo, dá-se por meio da LOA, ou seja, a Lei de Orçamento Anual. Definir prioridades, todavia, não é uma tarefa fácil, exige planejamento prévio e estruturante. O não encaminhamento do anexo ocorreu devido à alteração do prazo de encaminhamento da peça superordenadora do Sistema de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, o chamado Plano Plurianual, ou seja, o PPA.

Com o objetivo de otimizar a efetividade do Plano, foi aprovada pela Câmara Legislativa a Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 58, de 2010, alterando o prazo de encaminhamento da peça de planejamento para 1º de agosto do primeiro ano de cada legislatura, portanto no segundo semestre, com devolução até o término da sessão legislativa. Essa lógica a ser adotada leva em consideração exatamente a mesma lógica já difundida em âmbito federal, em que o Plano, no primeiro ano de cada legislatura, era encaminhado no segundo semestre.

A elaboração do PPA no segundo semestre do primeiro ano da legislatura impede que seja elaborada no primeiro ano da LDO, como ocorreu neste exercício. Conforme a metodologia de planejamento orçamentário, não há o que se falar em prioridades e metas sem haver um diagnóstico aprovado pelo Legislativo, o que somente ocorrerá quando do encaminhamento do Plano Plurianual em 1º de agosto de 2011.

Portanto, Sr. Presidente, essas considerações eu faço em respeito a esta Casa porque é natural a reivindicação do AMP. Nós estamos no primeiro ano de Governo; portanto, ainda não temos o Plano Plurianual, o que deverá ser encaminhado no mês de agosto e aprovado no segundo semestre. A partir daí, sim, teremos condições de ter o Anexo de Metas e Prioridades do projeto governamental.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, eu só gostaria de fazer uma retrospectiva. Eu acho que houve realmente uma falha desta Casa porque, quando o Deputado Paulo Tadeu fez o encaminhamento para que votássemos a alteração da Lei Orgânica, para que o Plano Plurianual ficasse para o segundo semestre, nós todos concordamos e entendemos – como entendemos até hoje – que realmente é muito difícil chegar ao Governo e, em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

quatro meses, apresentar o Plano Plurianual. Até para que ele possa realmente refletir a realidade da unidade da Federação e a vontade do Governo e da população.

Nesse momento, nós cometemos um equívoco, porque, como a LDO também é sempre votada – naturalmente – posteriormente ao Plano Plurianual, nós deveríamos ter remetido a LDO do primeiro ano de Governo também para o segundo semestre. Não o fizemos. Então, nós – parece-me, eu ainda não me debrucei assim profundamente sobre esse assunto – não podemos desconhecer o que está esculpido na Lei Orgânica do Distrito Federal, que diz que a LDO tem que vir com o Anexo de Metas e Prioridades.

Eu sugeriria – se V.Exa. me permite – que o Governo mandasse o Anexo de Metas e Prioridades ou o repetisse e, assim que fosse votado o PPA, ele viria como uma alteração da própria LDO, para ela não ficar descaracterizada e em desacordo com a Lei Orgânica. Ou, então, que nós sobrestássemos agora no primeiro semestre a votação da LDO – não sei se é possível, porque também contraria a Lei Orgânica, que diz que não se entra de recesso enquanto...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – É a Constituição.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – É a Constituição. Então, parece-me que poderia ser mandado um estudo, não definitivo, de metas e prioridades. Nós votaríamos com essa concepção e, depois que votássemos o PPA, votaríamos a LDO, as alterações que fossem necessárias nesse Plano de Metas e Prioridades da LDO.

É só para iniciar o debate entre nós. Penso que esse tema possa ser tratado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças na próxima reunião.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agradeço o aparte da Deputada Eliana Pedrosa.

Eu me disponho a apresentar esse debate no interior do Governo, Deputada Eliana Pedrosa. Sem dúvida a sua contribuição será de extrema importância para que possamos ir pavimentando esses esclarecimentos, porque, de fato, quem adentra essa matéria encontra esse ato de integração do processo político com o processo do planejamento e orçamento.

Sr. Presidente, ainda se me permite, rapidamente, em poucos segundos, eu gostaria apenas de destacar – e esse tema eu sei que interessa a alguns Parlamentares que estão debatendo a questão do IPTU. Eu o fiz em outra oportunidade, na semana passada –, que o Ministério Público do Distrito Federal está arguindo a inconstitucionalidade de todas as leis referentes às pautas de valores do Governador Arruda. São exatamente as leis de 2009, 2008 e 2007, Deputada Luzia de Paula. É importante destacar que o grande problema não é a pauta de valores – esse é o meu entendimento. O Ministério Público entende que está havendo alteração de valores na pauta, e não está havendo alteração nos valores de pauta. O que está havendo é a não identificação dos limitadores, porque o art. 64 da Lei de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Diretrizes Orçamentárias em curso remete à pauta de valores da lei votada no final do ano de 2009, vigente no ano de 2010. O que existe, portanto, é um problema proveniente de uma legislação que abstraiu o limitador e, conseqüentemente, hoje não temos o limitador para efeito do lançamento.

Não podemos confundir pauta de valores com lançamento nos carnês. O lançamento é um conceito distinto de pauta. Lançamento já incorpora o redutor – no caso é um limitador – e normalmente foram adotados parâmetros da inflação. Então, não podemos fazer essa confusão, porque é aí que poderá estar o nosso equívoco. A LDO, no seu art. 64, estabelece claramente que se remeterá à pauta de valores de 2010, que é aprovada na lei de 2009.

São essas as considerações que deixo aqui para reflexão dos colegas Parlamentares.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, galeria, estamos juntos pelo Projeto de Lei nº 119, podem ter certeza disso.

Eu gostaria de expressar uma perplexidade, e hoje apenas uma perplexidade: solicitei informações à Terracap, foi ultrapassado o prazo de 30 dias, prazo previsto em lei, e não recebi informação alguma. Tanto é que estou entrando na Justiça, com um pedido de liminar, para que a Terracap possa me prover das informações necessárias.

Nesse final de semana, nós assistimos, todos, a uma tentativa de implosão das arquibancadas do Mané Garrincha, mas parece que o nosso Deus é legal! No projeto original que foi licitado, a arquibancada fazia parte dele. Então, estão implodindo, ou querendo implodir, a arquibancada, sendo que não houve um novo processo licitatório com esse novo perfil de obra. Parece-me que isso não poderia ser feito. Eu requeri as informações, não as obtive e estou entrando na Justiça.

Esta é a primeira ponderação que quero fazer: de que há alguma coisa muito errada com relação ao estádio. Tanto é que até as arquibancadas não quiseram realmente vir abaixo, até para que pudéssemos levantar toda essa questão.

Outro ponto que eu aproveito a oportunidade para falar, Deputado Wasny de Roure, é que, se fosse por conta de um limitador de lançamento, não teríamos uma variação tão grande dos aumentos: vamos de 5% a 3.600%. Agora, se V.Exa. pegar todos os textos da lei, desde 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 – e isso nós fizemos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

com alguns técnicos da fazenda –, verá que realmente há um descumprimento legal. A pauta não está sendo obedecida e a alíquota não mudou; então, o imposto deveria ser exatamente o mesmo. O lançamento de limitador era feito deduzindo-se do valor do imposto encontrado. Isso está inclusive em 2009; em 2010 já não apareceu.

Então, eu peço mais uma vez que o Governo faça essa revisão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada, não sei se V.Exa. se lembra, pois naturalmente todos nós trabalhamos com muitos assuntos, mas no seu primeiro pronunciamento eu me coloquei à disposição para recepcionar todas as informações referentes à matéria que estivesse circunscrita ao seu pronunciamento. Provavelmente, os carnês, que são muito próprios, ajudar-me-iam muito a fazer a pesquisa para verificar se houve ou não alteração na pauta. Infelizmente eu não tive acesso.

Depois, vi novamente V.Exa. se posicionando, prestei atenção, debrucei-me, fui verificar e não consegui identificar. Se porventura – e faço questão de fazê-lo de público – V.Exa. tiver qualquer carnê, qualquer informação que altera o valor da pauta que foi votada em 2009 e referendada para ser a pauta de 2010 – e que hoje é utilizada para efeito dos lançamentos, só que, infelizmente, hoje não temos os limitadores –, eu me coloco inteiramente à disposição para poder dar prosseguimento a esse debate e darei todo o respaldo a V.Exa. Mas, inclusive, a arguição do Ministério Público, em momento algum, levou em conta o limitador. A discussão dele foi pautada numa possível alteração de pauta e não é o que tenho até o momento. Se estiver equivocado, render-me-ei à argumentação e possíveis lançamentos que V.Exa., porventura, possa ter. Coloco-me novamente a sua disposição.

Muito obrigado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

Deputado Wasny de Roure, desculpe-me, mas como o seu assessor Willemann manteve com a minha assessoria... eu pensei que V.Exa. tivesse todo o... Mas faço questão de lhe apresentar, porque tenho certeza de que assim como é a minha intenção que 280 mil contribuintes não sejam penalizados, é a sua e a do Governo também.

E, por último, faço um apelo a V.Exa., ao Governo, principalmente sob o aspecto do direito da criança e do adolescente: temos um menino que, decorrente de um tratamento inadequado de sarampo, está na UTI do Hospital de Base há seis anos, com uma seqüela definitiva. E o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Saúde, teve um entendimento de que todos os casos crônicos de UTI



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Pediátrica serão deslocados do Hospital de Base para o Hospital de Santa Maria. Não estamos questionando isso. No entanto, existe um caso especial que é o de um menino que mora nesse eixo norte, cuja mãe mora no Varjão, tem outra filha menor e precisa se desdobrar para cuidar da filha menor, de 10 anos, e desse menino que está no Hospital. Ela não vai conseguir isso se o menino for transferido para o Hospital de Santa Maria. Se o Hospital de Base não vai ficar com os casos crônicos, que ele possa ser transferido para o Hospital do Paranoá ou para o Hospital da Asa Norte. É uma questão humanitária e uma questão de direito da criança, porque a mãe ou vai assistir o filho que está internado ou vai assistir a filha que fica em casa, porque ela não tem como pagar ninguém para tomar conta dessa menina de 10 anos.

Então, estamos fazendo um apelo humanitário e até levamos esse caso, agora, ao conhecimento da nossa Comissão de Educação e Saúde e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para que possamos agir com sensibilidade nesse caso. Mesmo porque, se esta criança precisa de uma UTI definitivamente, é em decorrência de um erro médico dentro da própria Secretaria.

Então, acho que seria importante que esta Casa, por meio do Líder do Governo, leve este apelo ao Secretário de Saúde e, não sendo atendido, que a nossa Comissão de Educação e Saúde e a nossa Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, faça uma atuação.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu quero dizer a V.Exa. que, independentemente da posição e da postura do Líder do Governo, que eu creio que vai interferir, eu, como presidente da Comissão de Educação e Saúde, vou procurar o Dr. Rafael ainda nesta tarde, logo após o pronunciamento que farei, para interpelá-lo em relação a essa questão, que é mais do que plausível.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte do Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Deputada, primeiramente eu queria parabenizar V.Exa. pela atuação com relação à questão do IPTU. Nós temos andado muito, e a população do Distrito Federal não aguenta mais o aumento de impostos. Eu realmente acredito que não estamos aqui para buscar os culpados, e sim para resolver os problemas. Eu percebi a atuação de V.Exa. e quero parabenizá-la porque eu já havia acompanhado casos, Deputada Eliana Pedrosa, em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

2006, de pessoas humildes, carentes que estavam vendendo a casa porque o IPTU tinha chegado a um valor muito alto e, por não saberem dever, muitas dessas pessoas estavam se desfazendo do imóvel porque não tinham condições de pagar. Então, primeiramente, parabenizo V.Exa. e sua assessoria.

Outra coisa que quero colocar: V.Exa. havia comentado a questão das arquibancadas. É um fato muito sério. Acredito que foi notícia da grande mídia em todo o final de semana e até hoje ainda está sendo. Por meio de nosso gabinete também fizemos requerimento de informações, porque nós acreditamos que numa próxima implosão não se vai gastar, mas a mão de obra tem custo, os helicópteros deslocados têm custo. Será que o Distrito Federal vai pagar de novo por esse custo? Como é que isso vai funcionar? Então, nós fizemos por escrito também um requerimento pedindo informação dentro do contexto, que é preocupante, sim, conforme V.Exa. colocou.

Parabenizo V.Exa. pelas duas iniciativas. Parabéns.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Primeiro quero saudar os servidores e dizer a eles que podem contar com a Oposição aqui dentro desta Casa.

Deputada Eliana Pedrosa, estou chocada com os acontecimentos que estão ocorrendo no Distrito Federal. Primeiro: um Governador indiciado no Ministério Público Federal pela questão do Pan é um absurdo! Brasília não pode ver mais um cenário de corrupção.

Segundo: o Governador Paulo Tadeu tem que deixar o Governo para o Deputado Agnelo assumir, porque ele está muito ruim como faxineiro. Ou, então, que ele entregue a uma mulher para fazer a faxina desta Casa.

Com relação ao IPTU, há três meses eu tenho tentado que os governistas me ouçam sobre a questão do desconto do IPTU na primeira parcela. Isso mexe diretamente com o bolso da sociedade. As pessoas têm me telefonado e me parabenizado por essa minha atitude de não abrir mão, de ir até o fim. O Ministério Público me deu mais esse voto de credibilidade para alcançarmos o nosso objetivo, que é o desconto do IPTU.

Deputada Eliana Pedrosa, nós, como somos da Oposição, temos que levar à população essas denúncias todas, porque são denúncias seriíssimas, que os jornais noticiaram hoje e que terão um desdobramento muito ruim para a nossa cidade.

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte da Deputada Liliane Roriz.

Sra. Deputada, informo a V.Exa. que está na pauta de amanhã da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a votação desse projeto. V.Exa. pode contar com o meu apoio, porque, quando o assunto for diminuição de carga tributária, todos nós estaremos sempre presentes, pois o Brasil é um dos países que tem a carga tributária mais alta do mundo.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente. Deixo, mais uma vez, o meu apelo humanitário ao Secretário de Saúde. Só lembro que ontem eu fiquei duas horas esperando para falar com o Secretário de Saúde, ou com o Secretário Adjunto, ou com o Subsecretário de Assistência à Saúde, ou com o Chefe de Gabinete, mas nenhum deles estava disponível para ouvir o apelo de uma mãe que está dividida entre dois filhos. Nós, que somos mães e pais, que temos família, sabemos a importância da figura materna para cuidar dos filhos, para poder fazer essa divisão. É desumano transferir essa criança para Santa Maria, com sua mãe morando no Varjão, não tendo como cuidar da outra criança, e tendo que fazer um deslocamento. Hoje, nós sabemos que essa mãe vai gastar, só de congestionamento, no mínimo, três horas, todos os dias, para ir e voltar para casa, fora o tempo que tem de ficar no hospital. Como poderá cuidar da filha?

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, foi lida, hoje, a mensagem do Governador sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Na condição de Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, quero comunicar aos Deputados que estou convocando para quinta-feira, às 9h, uma reunião para que possamos apreciar o parecer preliminar. Diante da publicação do parecer preliminar na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, abriremos prazo de 10 dias para a apresentação de emendas dos Parlamentares.

Quero comunicar aos Deputados e às Deputadas que, nesse intervalo, a Comissão fará um curso, já que estamos em processo de informatização, para os servidores dos gabinetes, no sentido de instruí-los melhor sobre a apresentação das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quero também solicitar ao Líder do Governo que, nesse período de 10 dias de apresentação das emendas, seja feita uma audiência pública em que os membros do Governo, os servidores, os assessores e os Deputados possam discutir e tirar dúvidas a respeito do assunto. Então, a princípio, o prazo de encerramento da apresentação das emendas seria no dia 26, e nós votaríamos, na Comissão, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

parecer final do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias no dia 7 de junho. São essas as informações que eu gostaria de prestar à Casa, principalmente no que diz respeito a esse treinamento que será, a partir de amanhã, divulgado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para que Parlamentares e servidores estejam informados sobre o novo procedimento a ser apresentado pela Comissão.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Raad Massouh.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Raad Massouh, primeiramente quero cumprimentar a todos, principalmente os que estão na galeria. Sejam bem-vindos. Esta é a Casa do Povo. Quero dizer que estou muito contente de voltar à Casa depois desse longo afastamento. Volto 15 quilos mais magro e mais elegante!

Trago um tema que me preocupou bastante e que afeta a todos nós como representantes das pessoas que precisam ser protegidas. O lançamento, com a devida autorização do Ministério da Educação, desse livro que visa a ensinar a Língua Portuguesa aos estudantes do Ensino Fundamental me deixa estarecido. O livro da autora Heloísa Ramos, *Por Uma Vida Melhor*, preocupa-me muito. Num momento em que as crianças precisam aprender a linguagem segundo os padrões da norma culta, aprende-se a relativizar a Língua Portuguesa. Às crianças é ensinado que o que é correto segundo o padrão da norma culta nem sempre é adequado, e, portanto, o que às vezes é errado pode ser considerado simplesmente inadequado para certas ocasiões. Relativiza-se tudo, principalmente na escola pública. É impressionante! Na escola pública falar errado, *ok!* Porém, em prova de concurso público não pode falar errado. E aí começamos a entender de onde vem o *apartheid* social que o brasileiro sofre.

Gostei muito da discussão levantada no Senado, na segunda-feira, pelo Senador Cristovam Buarque, quando S.Exa. critica o fato de que erros da Língua Portuguesa, pelos padrões da norma culta, sejam justificados em termos da Sociolinguística – e em Brasília temos o maior representante desse ramo do estudo do Português, que é o Professor Bagno, da UnB. A Sociolinguística não diz que falar incorretamente, em desacordo com os padrões da norma culta, seja correto. Ela nos ensina apenas a não termos preconceitos porque, às vezes, esses erros de português – e não inadequações, como querem alguns – são fruto da falta de acesso à educação. E assim estamos todos de acordo, obviamente.

Contudo, ensinar que essas variações da Língua Portuguesa são apenas inadequações, na verdade é aprofundar o *apartheid* social e fugir do problema, e essa é uma solução tipicamente brasileira. Nós preferimos fugir do problema e dizer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

que falar incorretamente está bem, que podemos falar incorretamente, em vez de ensinarmos corretamente às nossas crianças. Como não damos conta de ensinar, nós simplesmente aceitamos que falem errado, porque somos incompetentes para universalizar adequadamente o ensino no nosso país.

E isso com o aval do Ministério da Educação! Isso é inaceitável! As nossas crianças não precisam aprender o “talvez seja adequado”. Precisam aprender a norma culta da Língua Portuguesa, pois, para isso, vão à escola. As variações elas aprendem na rua, nas suas casas e em outros lugares. Na escola, não. Escola é lugar de aprender a norma culta. Ora, em vez de ensinarmos a todos corretamente, aceitamos que falem errado. Aprofundamos o *apartheid* social no nosso país, porque devemos nos lembrar de que, se na escola pública se aceita que a criança aprenda a Língua Portuguesa de maneira errada, somente os ricos continuarão passando nos melhores concursos públicos, porque nesses se exige que o candidato se expresse estritamente segundo a norma culta da Língua Portuguesa. É essa depredação da educação brasileira que nós estamos sofrendo nos últimos anos.

Ora, eu tenho visto, por exemplo, Deputada Eliana Pedrosa, antes de lhe conceder um aparte, que as dificuldades de qualificação de mão de obra no Brasil são referentes ao estudo inadequado da Língua Portuguesa. Ou seja, os nossos trabalhadores não sabem ler e escrever adequadamente e agora querem relativizar a norma culta da Língua Portuguesa. Sociolinguística é uma área de estudos do idioma circunscrita ao Ensino Superior. Não é necessário explicar sociolinguística para estudantes do Nível Fundamental. Isso é um erro do ponto de vista psicopedagógico. Eu sou professor há muitos anos para saber disto: criança não tem essa capacidade de relativização dos conceitos. A criança aprende de forma maniqueísta: é certo ou errado, é sim ou não. Ela não aprende diferente disso, não está na idade cognitiva para isso e aceita-se uma coisa dessas e ainda com um custo altíssimo de distribuição de 475 mil exemplares dessa obra que é inadequada para o Ensino Fundamental.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Eu só queria parabenizar V.Exa. por trazer esse tema hoje para o plenário da Câmara para que nós todos nos conscientizemos do que está realmente acontecendo. Inclusive, hoje eu protocolei uma convocação da Secretária Regina para saber se ela recebeu esses livros, se esses livros estão sendo distribuídos. Temos de saber como o Distrito Federal está se colocando frente a essa questão, porque V.Exa. falou muito bem: nós vamos aprofundar essa discriminação que já existe, visto que não se darão condições realmente iguais no mundo desigual em que vivemos. Nós não provemos condições iguais porque uma criança que chega sem alimentação correta à escola não pode ter o mesmo aprendizado daquela que tem uma alimentação correta. E muito menos a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

criança que vai, é claro, se apropriar muito mais da linguagem que está próxima dela na rua do que da linguagem que nos coloca o português como a Língua Nacional.

Todos nós sabemos o seguinte: quem é que não fala um portunhol? Por que o portunhol não é uma língua? Porque cada um pode fazer a sua adaptação a seu bel prazer. Ao contrário, tem-se o Basco, que é uma língua. Por que ela é uma língua mesmo sendo falada por poucos? Porque ela tem uma rigidez, tem uma norma e ninguém pode alterá-la ao seu bel prazer, a não ser como o fez recentemente aquele grande tratado Brasil-Portugal, que fez algumas modificações na nossa Língua.

V.Exa. está de parabéns. Nós devemos nos preocupar, sim, porque, se nós deixarmos isso correr frouxo, terão menos acesso aos melhores empregos, aos melhores concursos, as crianças que vêm de camadas menos favorecidas.

Meus parabéns, Deputado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Agradeço o aparte da Deputada Eliana Pedrosa.

Eu queria perguntar às autoridades que autorizaram a distribuição desse livro se ele está sendo usado também pelas escolas particulares mais tradicionais deste país. Certamente que não. Quer dizer que o pobre não faz prova de vestibular, o pobre não faz prova de concurso?! Ao pobre o resto. Foi o mesmo que aconteceu com o estudo da matemática no nosso país: ao se perceber que os professores eram incapazes de lecionar matemática, simplesmente a relativizaram, passaram-se trabalhos para os alunos fazerem. Os alunos simplesmente não sabem matemática e, na avaliação do índice de percepção do aluno, quando se pergunta a ele se ele sabe matemática, ele diz: “Sim, entendo matemática”. Contudo, a verdade é que não se ensina mais matemática. Mais uma solução à brasileira. Então, são esses problemas.

Eu também queria ressaltar, para encerrar este pronunciamento, que a Biblioteca de Ceilândia – Ceilândia tem 700 mil habitantes – fecha às 19h. Esse é o horário que o trabalhador para de trabalhar e pega o resto do dia exaustivo que teve para estudar um pouco, para fazer um concurso e melhorar de vida. A Biblioteca de Ceilândia está fechada por falta de policiamento. Então, que o administrador tome uma providência.

Eu venho do interior de Goiás e, na minha infância, eu me lembro de que, depois da aula, que terminava às 18h, a Biblioteca Municipal me recebia e lá eu ficava até as 22h, quando meu pai ia me buscar. Isso é fundamental. Uma cidade com 700 mil habitantes tem que ter uma biblioteca pública.

O nosso país não tem ido para frente porque ainda não considera isso como serviço essencial. Se a biblioteca não é um serviço essencial, este país não pode ser levado a sério.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Prof. Israel Batista, eu gostaria de parabenizá-lo pelos dois assuntos abordados. V.Exa. perguntou às autoridades, e eu pergunto também, se esse livro é o livro dos filhos, dos netos e da família.

Voltando à questão da biblioteca, Ceilândia só tem aquela biblioteca, infelizmente, e com muita carência. Não somente com relação ao policiamento, mas também com relação aos servidores. Nós também não temos servidores ali para manter a biblioteca aberta.

Neste momento, eu gostaria de fazer, junto com V.Exa., esse apelo, pois temos carência de tudo, principalmente de livros para que nossos meninos e nossas meninas possam ter a condição de concorrer com igualdade, pois eles já não têm essa igualdade no poder de aquisição de livros. Eles não os têm porque não têm à sua disposição a única biblioteca que há ali.

Muito obrigada.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Agradeço o aparte da Deputada Luzia de Paula.

Essas bibliotecas são locais que recebem estudantes carentes, que não têm recursos para pagar cursinhos caríssimos direcionados a quem quer prestar concurso ou vestibular. São pessoas muito esforçadas, mas que não têm uma biblioteca para estudar. Isso não pode acontecer numa cidade do tamanho de Ceilândia. Não podemos aceitar isso.

Eu quero agradecer ao Sr. Presidente por esta oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi há pouco as manifestações da Deputada Liliane Roriz. Portanto, eu gostaria de usar o direito de resposta, na qualidade de Líder de Governo. Eu não sei se, naquele momento, V.Exa. estava presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Sim, Deputado Wasny de Roure, eu ouvi o pronunciamento da Deputada Liliane Roriz.

Concedo a palavra a V.Exa. para usar do direito de resposta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para usar do direito de resposta. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu aprendi na política,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

ainda que ocasionalmente todos nós sejamos surpreendidos até mesmo pelas nossas adrenalinas, a como nos manifestar com relação aos nossos adversários políticos.

Eu quero dizer particularmente à Deputada Liliane Roriz que me sinto muito à vontade, porque em todo momento na minha trajetória fui adversário do pai de V.Exa., Governador do Distrito Federal, e sempre tive o cuidado de fazer a oposição no plano político. Eu tive divergências, divergências difíceis, debate no Judiciário, mas sempre o tratei como o Governador. Eu creio que, para o bem do convívio na vida pública, o tratamento é muito importante.

Outro dia, V.Exa. me ponderou e eu, inclusive, reconheci o exagero na minha eloquência de fazer uma oposição a um projeto de V.Exa. que estava na comissão em debate. Mas eu o fiz a V.Exa. e cheguei até a pedir desculpas, porque ainda estavam discutindo o projeto e eu não precisaria chegar a tratar naquele momento – e não era um tratamento pessoal, era um debate de um projeto.

Há pouco, V.Exa. fez uma manifestação a um colega Parlamentar que, neste momento, está na função de Secretário de Governo do nosso atual Governador. A matéria do Pan no Rio de Janeiro está em discussão há muito tempo.

Tentaram, inclusive, antecipar na campanha eleitoral, e ele respondeu e irá responder a todas as instâncias: ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. Há época, ele era Ministro do Governo do Presidente Lula e, portanto, não responde só. V.Exa. pode ter absoluta consciência de que o próprio ex-Presidente da República terá absoluta consciência da responsabilidade dele, como Presidente da República, de enfrentar esse debate e fazer essa discussão.

Assim como também o nosso Secretário Paulo Tadeu, um jovem que surpreendeu a política no Distrito Federal pela sua altivez e também pela sua capacidade de respeitar e fazer a divergência no plano político, e hoje chega a uma posição de Secretário de Governo.

Conheço o Paulo há muitos anos, antes mesmo de chegar a ser Secretário de Governo; e, não tenha dúvida, Deputada, de que pela sua origem humilde e pelo cargo que ele exerceu na CEB, também um cargo modesto porque ele foi mais do que faxineiro... Ele foi um servidor público em atendimento ao interesse da população. E, neste momento, o Deputado Paulo Tadeu exerce a função de servir à população na condição de Secretário de Governo e, não atendendo ao Governador a contento, retornará ao Congresso Nacional ao qual foi eleito como Deputado Federal, o segundo mais votado em Brasília.

Portanto, Deputada, é de maneira estarrecedora que recebo essas críticas bastante cáusticas e duras, principalmente vindas de V.Exa., que tem surpreendido a todos nós pela sua ponderação, elegância e sensibilidade. Essa minha percepção do desempenho e da desenvoltura de V.Exa. como Parlamentar há de prosperar por muitos mandatos que irá conquistar, não apenas como filha do ex-Governador, mas porque fará um grande mandato nesta Casa e no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Portanto, peço sua autorreflexão pela maneira dura e cáustica com que exerceu as suas críticas ao Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para usar do direito de resposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa. para usar do direito de resposta.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para usar do direito de resposta. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente e Sr. Deputado Wasny de Roure, muito obrigada pelos seus elogios ao dizer que estou tendo uma presença nesta Câmara Legislativa com responsabilidade.

V.Exa. aprendeu muito na política, mas vejo que não aprendeu muito bem a lidar com as críticas. Não sou porta-voz do Roriz, sou apenas filha do Roriz.

Portanto, eu gostaria de lembrar a V.Exa. que ouvir críticas também faz parte do processo político e democrático do nosso país. Respeito o nobre colega. Sei muito da sua credibilidade, mas não posso omitir a minha opinião.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Encerro os Comunicados de Líderes. Antes, porém, de entrar nos Comunicados de Parlamentares, a Presidência comunica que, conforme o Ato do Presidente nº 451, de 2011, fará, entre os membros titulares da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pró-DF, de que trata o Requerimento nº 189, de 2011, dentro do período desta sessão ordinária, a eleição de presidente e vice-presidente dessa comissão temporária.

Dessa CPI, são titulares: Deputado Chico Leite, Deputado Olair Francisco, Deputada Eliana Pedrosa, Deputado Aylton Gomes, Deputado Prof. Israel Batista. São suplentes: Deputado Chico Vigilante, Deputado Wellington Luiz, Deputado Raad Massouh, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Joe Valle.

A eleição será feita dentro do seu âmbito.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h50min, a sessão é reaberta às 17h47min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

(Assume a Presidência o Deputado Raad Massouh.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Passa-se aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de fazer o meu comunicado, eu gostaria de fazer uma questão de ordem. Solicito a V.Exa. que faça também a convocação e a leitura da CPI da Saúde. Acredito que não temos dificuldade. Já tivemos algumas conversas prévias da definição de quem vai estar onde.

Então, eu gostaria que a Presidência visse se há a possibilidade de chamarmos também hoje a CPI da Saúde. É o meu pedido.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Deputada Celina Leão, esse assunto já estava pré-acordado. Inclusive, o comunicado do Presidente desta Casa, Deputado Patrício, de que está marcada para o dia 25/05 uma reunião para tratarmos da CPI da Saúde já está em minhas mãos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Qual é a data?

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Dia 25.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Dia 25.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Às 16h, neste plenário.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Às 16h, em plenário.

Sr. Presidente, o que eu venho trazer hoje à tribuna desta Casa... Acredito que é esperado, não é, Deputada Liliane Roriz? Até porque temos falado que esta Casa é uma casa de debates, é uma casa de ideias, é uma casa onde muitas vezes, no passado, fizemos juízo de valores. É uma casa onde temos de fazer algumas reflexões, e acho que não pode passar batido o momento em que estamos vivemos.

O que eu quero chamar a atenção dos Parlamentares, Deputada Liliane Roriz, é que muito, mas muito, muito, muito mesmo, foi falado durante a campanha sobre a questão da ficha limpa. Acredito que a ficha limpa foi o tema principal das eleições. Falava-se muito em quem tinha ficha limpa e quem tinha ficha suja, em quem tinha processo e em quem não tinha processo. A última campanha eleitoral foi baseada na questão do candidato ficha limpa e do candidato ficha suja. E acho, Deputada Liliane Roriz, que nós, aqui, primeiro como Parlamentares responsáveis, segundo, como Parlamentares da Oposição, temos que pontuar o que está acontecendo. Nós queremos ter conhecimento, sim, sobre o processo do Ministério Público do Rio de Janeiro, até porque, Deputada Liliane Roriz, se isso fosse divulgado na eleição, talvez o resultado pudesse ter sido diferente. Eu acredito que é um momento, sim, de esta Casa buscar mais informações, e nós temos que pontuar, sim, o que realmente existe. Sobre o processo de improbidade administrativa que o Ministério Público do Rio de Janeiro moveu contra o Governador do Distrito Federal, precisamos de mais informações. Não estamos antecipando juízo de valores, como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

muitas vezes foi feito nesta Casa, mas nós estamos pontuando um ato que tem que ser pontuado pela Oposição, sim, nesta tribuna. Com muito respeito, Deputada Liliane Roriz, mas que precisa ser dito, porque eu acho que é um dado importante, pois não estamos falando aqui de uma obra de 100, 200 mil reais, estamos falando de um processo de um superfaturamento de 10 milhões de reais. Eram 15, depois foram propostos 25 milhões. Então, há estimativa de um superfaturamento de 10 milhões de reais.

Eu faço essa ponderação, até porque tem se falado muito nesta cidade de herança maldita. É herança maldita na saúde, é herança maldita na educação, é herança maldita em tudo, até nas coisas positivas que acontecem no Distrito Federal. E é engraçado que parece que temos dois valores e duas medidas.

Eu mais uma vez subo à tribuna desta Casa para falar sobre a questão da educação. Foi suspenso o programa Dentista nas Escolas. Será que o programa Dentista nas Escolas era uma herança maldita também? Será que é mais uma herança maldita ou será que é um projeto bom que precisa continuar e ser reformulado? Hoje eu faço um requerimento, Deputada Liliane Roriz, pedindo informação à Secretária de Educação sobre quais são os projetos que vão substituir, porque não adianta sair tirando, cortando os projetos, se não tivermos outros para substituí-los. Não é assim que vamos mudar o Distrito Federal. Não é com a ausência de programas sem a devida substituição. Então eu faço um apelo aqui. A condição bucal das nossas crianças brasileiras já é péssima. Imagine com a suspensão do programa que existia na rede pública?

Eu gostaria de deixar nessa tarde uma reflexão, até porque algumas jornalistas me param na rua e me perguntam: "Por que você vota alguns projetos do Executivo?" Deputada Liliane Roriz, eu gostaria de falar que nós temos feito oposição, sim, nesta Casa, uma oposição responsável. Somos uma Oposição que pontua os problemas, que sobe a esta tribuna.

Por muito menos, aqui nesta Casa, muitas vezes, colegas nossos, Deputados, têm sido julgados. Acredito que é algo grave que precisa ser apurado. Nós temos que dividir o que é herança maldita e o que não é herança maldita. Nós não podemos escolher qual é o órgão que vamos investigar e qual é o que vamos deixar de investigar. Tudo que estiver sob denúncia tem de ser investigado. É isso que a população espera de nós. Então, eu queria deixar aqui o meu apelo, nesta tarde, e uma reflexão: será que é esse o novo caminho que o Distrito Federal escolheu? Será que é esse?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar a Deputada Celina Leão, que trouxe para nós uma discussão importante, a do Dentista nas Escolas. Sabemos como é importante essa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

saúde bucal, não apenas do ponto de vista da saúde, mas do ponto de vista da autoestima, da estética, de a pessoa poder se sentir bem. Isso tem de começar na escola. Se nós levarmos para nossas crianças esse hábito do tratamento bucal, tenho certeza de que teremos, no futuro, cidadãos com muito mais competitividade, porque sabemos que a saúde bucal tem influência até para se conseguir emprego. Ela é muito importante. Teremos pessoas mais bem resolvidas. E isso tem que começar lá mesmo, na escola. Já havia um programa, havia um orçamento. A grande questão que fica é a seguinte: há orçamento. A maior dificuldade de os programas, às vezes, serem implementados é a falta de recursos. Contudo, foi votado no ano passado, está na LOA deste ano o recurso para o Dentista nas Escolas, com qualquer que seja o modelo. O Governo poderia optar pelo modelo que ele achasse melhor para implementar.

Então, ficam os meus parabéns por essa preocupação trazida pela Deputada Celina Leão, para que possamos, realmente, cobrar que as nossas crianças tenham o melhor. E está previsto em lei que o Governo tem de garantir saúde para as crianças nas escolas. É uma lei, eu não me recordo do seu número. Foi bom V.Exa. ter falado nisso, que nos despertou para acompanharmos mais de perto esse assunto também.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputada Eliana Pedrosa, Deputada Celina Leão, é muito importante essa dedicação à educação e à saúde das crianças do Distrito Federal. É nelas que existe, hoje, a maior demanda de higiene bucal no Distrito Federal. É para elas que se ensina como fazer a higiene bucal.

Eu quero registrar aqui – quero que as taquígrafas registrem este meu pronunciamento – que o Secretário Paulo Tadeu tem assumido várias funções no Governo e está deixando muito claro que ele é o Governador em exercício. Faz cinco meses que este Governo, que ele diz na imprensa... Existe uma pesquisa, que estou circulando para todo mundo ver, que diz que as pessoas estão insatisfeitas com o Governo do Agnelo, ou seja, com o Governo do Paulo Tadeu. Então, é preciso que o Governador Agnelo assuma o Governo, porque o Governo do Paulo Tadeu não está dando certo. Então, eu gostaria de fazer esse registro e dizer que a minha indignação é muito grande.

Quando a Deputada Celina Leão fala em herança maldita, eu a entendo; fui vítima dos nossos adversários durante muito tempo, principalmente na campanha política, por dizerem que Roriz... que somos uma herança maldita. Isso é uma inverdade.

Está em todos os jornais do Brasil essa denúncia contra o Governador Agnelo. E é bom que ele explique isso à população do Distrito Federal, que não aguenta mais vexame para a nossa Capital.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Informo aos Deputados que temos 11 vetos obstruindo a pauta de hoje. Consulto os Líderes se há acordo para votarmos um projeto de decreto legislativo e os requerimentos e moções constantes da pauta. Lembro que há eventos, uma solenidade do Deputado Agaciel Maia, que acontecerá amanhã. Então, é de muita importância.

Consulto a Deputada Rejane Pitanga, pelo Bloco Partidário PT/PRB, se podemos votar algumas moções.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Consulto o Deputado Agaciel Maia, pelo Bloco Partidário PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Consulto a Deputada Eliana Pedrosa, pelo Bloco Avanço Democrático. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Eu também faço parte do bloco e respondo “sim” pelo DEM, enquanto a Deputada Eliana Pedrosa estiver ocupada.

Consulto o Deputado Aylton Gomes, pelo Bloco PRRR/PP/PTB/PSDB, se há acordo para votarmos as moções. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – O Deputado Aylton Gomes não está presente.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não faço mais parte desse Bloco. Já apresentei requerimento na semana passada e já fiz um pronunciamento na mesma semana, justificando a minha saída.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Deputado Washington Mesquita, faremos a correção.

Consulto o Deputado Prof. Israel Batista, pelo Bloco PDT/PSB/PPS, se há acordo para apreciarmos as moções que estão atrasadas.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, há acordo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Solicito, ainda, a inclusão na pauta do Requerimento nº 275, de 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Deputado Prof. Israel Batista, vamos passar à apreciação das matérias e esperamos que a assessoria de V.Exa. traga o referido requerimento a tempo de ser apreciado. Se isso acontecer, com certeza, esta Presidência acatará a solicitação de V.Exa.

Aproveito a oportunidade para desejar boas-vindas ao nobre Deputado, que passou por um estado de saúde precário. Porém, com certeza, Deus vai abençoá-lo e muito em breve V.Exa. estará cem por cento.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 100, de 31/05/2011, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito que as Moções nºs 69 e 70 sejam incluídas na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e inclui as matérias na apreciação em bloco.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 100, de 31/05/2011, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que os itens nºs 34 e 35 fossem apreciados em separado e que qualquer solicitação de requerimento de matéria extrapauta fosse feita sob prévio acordo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Esta Presidência acata as solicitações de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inclusão extrapauta do Requerimento nº 404, que foi lido há pouco.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Acato a solicitação do Deputado Wellington Luiz e incluo o Requerimento nº 404 na pauta.

Item nº 33:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2011, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Durval Lelis Tavares”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2011, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Durval Lelis Tavares”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que façamos votação em separado do item nº 41.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Acato a solicitação de V.Exa.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 36:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 58, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “manifesta protesto contra a criação da quadra 500 do Sudoeste ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal”.

Item nº 37:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 59, de 2011, de autoria do Deputado Evandro Garla, que “manifesta elogio a Amábile Pácios, profissional de educação, doutoranda em gestão do conhecimento, presidente do SINEPE – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal”.

Item nº 38:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 60, de 2011, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “aplaude os 50 anos do colégio Santa Rosa”.

Item nº 39:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 61, de 2011, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor ao agente de polícia que impediu assalto no Sudoeste”.

Item nº 40:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 62, de 2011, de autoria do Deputado Washington Mesquita, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à cidade do Riacho Fundo II as pessoas que menciona”.

Item nº 42:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 64, de 2011, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor ao Diretor Presidente do *Correio Braziliense*, Alvaro Teixeira da Costa, e ao Vice-Presidente Executivo, Evaristo de Oliveira, premiados com comendas de ordem ao mérito”.

Item nº 43:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 65, de 2011, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “hipoteca apoio ao pedido de implementação de Programa de Desligamento Voluntário – PDF, dos empregados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Item nº 44:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 66, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta voto de louvor e parabeniza os enfermeiros do Distrito Federal pelo seu dia”.

Item nº 45:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2011, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “requer a realização de audiência pública, em data a ser definida oportunamente, para debater sobre a situação dos conselhos tutelares do Distrito Federal”.

Item nº 46:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 369, de 2011, de autoria dos Deputados Eliana Pedrosa, Luzia de Paula e Washington Mesquita, que “requer a realização de audiência pública, em data a ser definida oportunamente, para debater sobre a transferência dos convênios com creche/instituições sem fins lucrativos para Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal”.

Item nº 47:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 370, de 2011, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “requer a realização de audiência pública, em data a ser definida oportunamente, para debater sobre a situação do Hospital Regional do Gama”.

Item nº 48:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2011, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “requer a realização de audiência pública no dia 18 de maio de 2011, às 19h, para debater sobre o transporte alternativo no âmbito do Distrito Federal”.

Item nº 49:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 391, de 2011, de autoria do Deputado Washington Mesquita, que “requer a realização de audiência pública para debater a merenda escolar no Distrito Federal”.

Item nº 50:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 395, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a transformação de sessão plenária do dia 26 de maio de 2011 em comissão geral, para debater a aplicabilidade da Lei nº 4.092, de 2008 (que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal) junto aos bares e restaurantes do Distrito Federal que oferecem música ao vivo e outras atividades de cunho cultural”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 05 2011	15h50min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 69, de 2011, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “apresenta votos de louvor aos defensores públicos do Distrito Federal e a todos os servidores integrantes do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – CEAJUR, pelos excelentes trabalhos desenvolvidos em prol da população do Distrito Federal”.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 70, de 2011, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “apresenta votos de louvor aos defensores públicos do Distrito Federal e aos servidores integrantes do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – CEAJUR, pelos excelentes trabalhos desenvolvidos em prol da população do Distrito Federal”.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 275, de 2011, de autoria de vários Deputados, que “requer à Mesa Diretora que sejam tomadas providências no sentido de se constituir uma Comissão Especial do Poder Legislativo do Distrito Federal, a ser denominada ‘Comissão Especial da Copa do Mundo de 2014’, nos moldes propostos”.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 404, de 2011, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a realização de audiência pública no dia 31 de maio de 2011, para discutir a implementação da educação de surdos com o cumprimento da Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos e as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos e as moções estão aprovados com a presença de 13 Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h15min.)